

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de eletrônicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Notebook , tela 15.6", Processador Intel I5- 12450G 12ª Geração, Memória 16GB, SSD 256GB, Windows 11	5	R\$ 3.851,44	R\$ 19.257,20
2	Multifuncional (Ciclo mensal: 10.000 páginas)	3	R\$ 1.685,00	R\$ 5.055,00
3	Smartphone 4G 256GB 8GB Ram	2	R\$ 1.398,00	R\$ 2.796,00
TOTAL R\$ 27.108,20				

1.2. Trata-se de compra para entrega imediata, sendo que o contrato terá vigência pelo período de 07 (sete) meses, para efeitos da aquisição, regras de liquidação e pagamento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

. A aquisição de equipamentos eletrônicos, como notebooks, impressoras e telefones é fundamental para manter a eficiência e a continuidade dos serviços da administração pública. A aquisição de novos dispositivos minimiza o risco de interrupções nos serviços e evita transtornos para os cidadãos. Assim, a compra de eletrônicos novos é a melhor estratégia para manter a eficácia e eficiência da administração pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A contratação dos produtos descritos na cláusula 1 está sendo feito via dispensa de licitação pelo seguinte motivo: o baixo valor é uma justificativa para a realização da dispensa de licitação porque realizar os processos de licitação acabaria sendo mais

oneroso para o município, em vista dos pequenos valores dos bens e produtos praticados nesse tipo de contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os produtos devem conter as especificações contidas na cláusula 1ª.

4.2. Local da entrega dos produtos: O produto deve ser entregues na Prefeitura Municipal de Três Ranchos, situada na avenida Coronel Levino Lopes s/n centro Três Ranchos GO.

4.3. Prazo de entrega será após assinatura do contrato/empenho: O contrato terá vigência durante o período do mês de maio de 2024 com termino no dia 31 de dezembro de 2024, para efeitos da contratação, regras de liquidação e pagamento.

4.4. Assinalar a opção da remessa: () Remessa única; (x) Remessa parcelada.

4.5. Empresa contratada deve possuir todas as condições de habilitação previstas na Lei 14.133/21, sendo que a ausência de qualificação fiscal e trabalhista impedirá a efetivação da contratação.

4.6. A empresa interessada, cujo tenha o ramo compatível com o objeto desta futura contratação, deverá enviar proposta de preços no prazo de 3 (dias) via e-mail: dispensas@tresranchos.go.gov.br , ou por meio de protocolo no endereço: Avenida Coronel levino Lopes nº 02 Centro Três Ranchos Goiás Setor De Licitação, após a publicação no diário oficial do município (AGM) , e no site: www.tresranchos.go.gov.br.

4.7. As propostas de preços compatível com esse termo de referência, deverá constar:

4.8. Descrição;

4.9. Valor Unitário;

4.10. Valor Total;

4.11. MARCA

4.12. Deverão estar acompanhadas de todos os documentos de habilitação:

4.13. Tratando-se de sócio, proprietário ou representante legal da empresa licitante,

4.14. juntada de documentos pessoais com foto.

- 4.15. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.16. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.17. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.18. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 4.19. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.20. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.21. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.22. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.23. prova de regularidade relativo à sede do município da licitante;
- 4.24.

- 4.25. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.26. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.27. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 4.28. Os produtos serão entregues de imediato após ordem de serviços, acompanhado e fiscalizado pelo(a) servidor(a) Flaviana Bernardes de Melo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.29. Os produtos poderão ser rejeitados, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de (duas) horas, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.30. Os produtos serão definitivamente aceitos, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.30.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.31. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite do art. 75, II, da Lei 14.133/2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

5.4. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.4.1. Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.0. As despesas serão por conta do exercício financeiro de 2024:

Dotação: 55.1.12.4.122.1004.2.004.449052.1

FLAVIANA BERNARDES DE MELO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
006.233.641-07